

Adna dos Santos Lemos¹, Ana Flávia Costa Eccard², Cássia Mara Alexandrino Silva³, Lara Vento Moreira Lima⁴, Isaac Ferreira de Lima⁵, Lícia Gabrielle Gomes de Oliveira⁶, Poliane Pestana Rodrigues Santos⁷, Thaís Coimbra Batista⁸, Priscyla Thaynna Pinho Matias⁹, Debora Soares da Cruz da Cunha¹⁰, Edilson Carvalho de Sousa Junior¹¹

ISSN: 2178-7514

Vol. 16 | Nº. 2 | Ano 2024

RESUMO

Este estudo se propôs a analisar o panorama histórico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no Brasil desde sua implementação em 2004. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica fundamentada na pesquisa bibliográfica, explorando estudos, documentos e materiais publicados sobre o tema. Os resultados destacam que a PNAISM representa um marco na promoção da saúde feminina, visando garantir acesso universal e igualitário a serviços de saúde que considerem as especificidades biológicas, sociais e culturais das mulheres brasileiras. A análise revelou avanços significativos, como a redução da mortalidade materna e infantil, ampliação do acesso a métodos contraceptivos, e implementação de programas para prevenção e tratamento de cânceres específicos, como mama e colo do útero. Apesar dos progressos, persistem desafios como melhorar a qualidade e cobertura dos serviços, especialmente em áreas remotas e periféricas, além de superar obstáculos estruturais e financeiros. Conclui-se que a PNAISM é fundamental para a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável do Brasil, exigindo investimentos contínuos e políticas públicas eficazes para garantir o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade para todas as mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Saúde pública; Gênero; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM).

ABSTRACT

This study aimed to analyze the historical panorama of the National Policy for Comprehensive Women's Health Care (PNAISM) in Brazil since its implementation in 2004. The research adopted a methodological approach based on bibliographical research, exploring studies, documents and published materials on the subject. The results show that the PNAISM represents a milestone in the promotion of women's health, aiming to guarantee universal and equal access to health services that take into account the biological, social and cultural specificities of Brazilian women. The analysis revealed significant advances, such as a reduction in maternal and infant mortality, increased access to contraceptive methods, and the implementation of programs for the prevention and treatment of specific cancers, such as breast and cervical cancer. Despite the progress, challenges remain, such as improving the quality and coverage of services, especially in remote and peripheral areas, as well as overcoming structural and financial obstacles. The conclusion is that the PNAISM is fundamental to gender equity and sustainable development in Brazil, requiring continued investment and effective public policies to ensure equitable access to quality health services for all Brazilian women.

Keywords: Public health; Gender; National Comprehensive Women's Health Care Policy (PNAISM).

Autor de correspondência

Adna dos Santos Lemos

adnalemos@gmail.com

- 1 - Ueg Luziânia
- 2 - Unifacvest
- 3 - Universidade Federal de Lavras - UFLA
- 4 - Universidade Evangélica de Goiás
- 5 - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- 6 - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
- 7 - Faculdade Laboro
- 8 - UniRedentor Afya
- 9 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- 10 - UNIP
- 11 - Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

A saúde pública é um campo de interesse global que visa promover o bem-estar e a qualidade de vida de populações inteiras, através de políticas, programas e ações voltadas para a prevenção de doenças, promoção da saúde e tratamento acessível e eficaz. No contexto brasileiro, a saúde pública desempenha um papel crucial na garantia de um sistema de saúde universal, equitativo e de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica ou gênero⁵.

No âmbito da saúde pública, a atenção à saúde da mulher é uma área específica que busca abordar as necessidades de saúde exclusivas das mulheres ao longo de suas vidas. Historicamente, as políticas de saúde voltadas para as mulheres têm evoluído para além do foco tradicional na saúde reprodutiva, abrangendo também questões como prevenção de doenças crônicas, saúde mental, violência de gênero e promoção de estilos de vida saudáveis. A saúde da mulher é reconhecida como um componente essencial da saúde pública, fundamental para a equidade de gênero e o desenvolvimento social e econômico sustentável de uma nação¹.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), implementada no Brasil, representa um marco significativo na promoção da saúde feminina. Lançada em 2004, esta política visa garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde que contemplam as especificidades biológicas, sociais e culturais das mulheres brasileiras.

Entre seus principais objetivos estão a redução da mortalidade materna e infantil, a promoção da saúde sexual e reprodutiva, a prevenção e tratamento de cânceres específicos, como o de mama e colo do útero, além da atenção integral às vítimas de violência doméstica⁴.

A PNAISM está estruturada em diretrizes que visam fortalecer a atenção integral à saúde da mulher nos diferentes níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a articulação entre a atenção básica, especializada e hospitalar. Esta política abrange desde a oferta de consultas ginecológicas e pré-natal de qualidade até a garantia de acesso a métodos contraceptivos e ações educativas em saúde².

Frente ao exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o panorama histórico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no Brasil ao longo dos últimos anos. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na necessidade de compreender como a PNAISM tem contribuído para a melhoria da saúde feminina no país, considerando seus impactos nas taxas de mortalidade materna e infantil, na promoção da saúde sexual e reprodutiva, na prevenção de doenças específicas como câncer de mama e colo do útero, e na assistência às vítimas de violência doméstica. Além disso, investigar os desafios enfrentados na implementação da política e as estratégias adotadas para superá-los é essencial para identificar oportunidades de aprimoramento e expansão dos serviços de saúde voltados às mulheres brasileiras.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem metodológica fundamentada na pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica consiste na análise e interpretação de estudos, documentos e materiais já publicados sobre o tema de interesse. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de realizar uma ampla revisão da literatura existente sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no Brasil, considerando sua evolução ao longo dos anos.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico em diversas plataformas de pesquisa, como SciELO, Scopus, Google Acadêmico e repositórios brasileiros de teses e dissertações. A busca bibliográfica foi conduzida utilizando-se termos de pesquisa como “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher”, “PNAISM”, “saúde da mulher no Brasil”, entre outros pertinentes ao escopo do estudo.

Os materiais encontrados foram selecionados com base em critérios de relevância e pertinência ao tema, incluindo artigos científicos, livros, relatórios técnicos e documentos oficiais relacionados à PNAISM e à saúde da mulher no contexto brasileiro.

Durante o processo de revisão da literatura, foram realizadas leituras flutuantes, ou seja, uma análise inicial exploratória dos materiais selecionados para compreender suas contribuições teóricas e metodológicas para

o estudo em questão. Essa fase permitiu uma familiarização com os principais conceitos, debates e abordagens relacionados à política de saúde da mulher no Brasil.

Além das leituras flutuantes, procedeu-se com a análise detalhada dos documentos selecionados, identificando informações relevantes sobre a implementação da PNAISM, seus impactos na saúde feminina e os desafios enfrentados na sua execução. A análise foi guiada pela categorização dos dados conforme os objetivos da pesquisa, buscando compreender os avanços, lacunas e potenciais de aprimoramento da política pública em questão.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Sistema de saúde pública no Brasil

O sistema de saúde pública no Brasil é organizado e financiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), uma das maiores e mais complexas redes públicas de saúde do mundo. Criado pela Constituição de 1988, o SUS tem como princípio fundamental o acesso universal, integral e gratuito à saúde para todos os cidadãos brasileiros. Esse sistema é financiado por recursos provenientes principalmente dos governos federal, estaduais e municipais, além de contribuições sociais².

O SUS é estruturado em três níveis de atenção: básica, especializada e hospitalar. A atenção básica, que inclui as unidades básicas de saúde (UBS) e os programas de saúde da família (PSF), é a porta de entrada para o sistema e visa

resolver até 80% dos problemas de saúde da população. Essa estratégia é fundamentada na promoção da saúde, prevenção de doenças e na assistência integral, com foco na territorialização e na responsabilização dos profissionais pela saúde das comunidades atendidas⁴.

Na atenção especializada, são oferecidos serviços ambulatoriais e hospitalares que demandam maior complexidade técnica e equipamentos específicos. Essa etapa inclui consultas com especialistas, exames de maior complexidade e tratamentos específicos para condições de saúde mais graves ou que requerem intervenções especializadas².

Por fim, a atenção hospitalar compreende os serviços de internação, cirurgias, tratamentos intensivos e de alta complexidade oferecidos em hospitais públicos, que são fundamentais para o tratamento de condições agudas e crônicas que necessitam de cuidados hospitalares intensivos. Além da estrutura hierárquica, o SUS é caracterizado por princípios como equidade (garantia de acesso igualitário a serviços de saúde), integralidade (atendimento completo e contínuo), descentralização (gestão compartilhada entre diferentes esferas governamentais) e participação social (envolvimento da comunidade na gestão e controle das políticas de saúde)².

Apesar dos desafios enfrentados, como a necessidade de ampliação da infraestrutura, melhoria na gestão dos recursos e redução das desigualdades regionais, o SUS tem desempenhado um papel fundamental na promoção da saúde

da população brasileira. Através de seus serviços e políticas públicas, o sistema busca garantir o direito à saúde como um elemento essencial para o desenvolvimento social e econômico do país, buscando constantemente aprimorar seus serviços e expandir o acesso aos cuidados de saúde a todos os brasileiros⁶.

Atenção à saúde da mulher

A atenção à saúde da mulher é uma área específica da saúde pública que se dedica a abordar as necessidades de saúde únicas e variadas que as mulheres enfrentam ao longo de suas vidas. Essa abordagem vai além da saúde reprodutiva tradicional, incorporando questões como saúde mental, prevenção de doenças crônicas, violência de gênero, entre outras¹.

No contexto da saúde pública, a atenção à saúde da mulher é fundamental para garantir que elas tenham acesso a cuidados de saúde abrangentes e de qualidade, promovendo assim o bem-estar físico, mental e social. Isso inclui desde a fase pré-natal e obstétrica até a menopausa e além, abordando todos os estágios e aspectos da vida feminina¹.

No Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), implementada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), representa um marco significativo nesse campo. Lançada em 2004, a PNAISM visa garantir o acesso universal e igualitário a ações e serviços de saúde que considerem as especificidades biológicas, sociais e culturais das mulheres brasileiras⁴.

Entre os principais objetivos da PNAISM estão a redução da mortalidade materna e infantil, a promoção da saúde sexual e reprodutiva, a prevenção e tratamento de cânceres específicos como o de mama e colo do útero, além da assistência integral às vítimas de violência doméstica. A política está estruturada em diretrizes que buscam fortalecer a atenção integral à saúde da mulher em todos os níveis de atenção do SUS, desde a atenção básica até a atenção hospitalar especializada³.

Essa abordagem integrada não apenas visa melhorar os indicadores de saúde feminina, mas também contribui para a equidade de gênero, promovendo assim o desenvolvimento social e econômico sustentável do país. A atenção à saúde da mulher continua sendo um desafio global e nacional, que requer políticas públicas eficazes, investimentos contínuos e uma abordagem holística que leve em conta as diferentes realidades e necessidades das mulheres ao longo de suas vidas².

Panorama da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no Brasil

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) representa um marco na promoção da saúde feminina no Brasil, buscando garantir o acesso universal e igualitário a serviços de saúde que considerem as especificidades biológicas, sociais e culturais das mulheres⁴.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) foi oficialmente

lançada em 2004 como uma iniciativa do Ministério da Saúde do Brasil. Esse marco representou um avanço significativo nas políticas públicas voltadas para a saúde feminina no país, consolidando um conjunto de diretrizes e ações específicas para garantir o acesso integral e equitativo aos serviços de saúde².

O surgimento da PNAISM ocorreu em um contexto de reconhecimento crescente da necessidade de políticas direcionadas para as mulheres, não apenas na esfera da saúde reprodutiva, mas abrangendo todas as fases da vida e considerando as diversas dimensões de saúde que afetam as mulheres brasileiras. A política foi desenvolvida com base em princípios de equidade, integralidade e universalidade, visando enfrentar desigualdades históricas no acesso aos serviços de saúde³.

Entre os principais objetivos da PNAISM estão a redução da mortalidade materna e infantil, a promoção da saúde sexual e reprodutiva, a prevenção de doenças como câncer de mama e colo do útero, além da atenção integral às vítimas de violência doméstica e sexual. A política foi estruturada para fortalecer a atenção básica à saúde da mulher, integrando-a de forma articulada com a atenção especializada e hospitalar dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

Inicialmente, a PNAISM concentrou-se na redução da mortalidade materna e infantil, promovendo práticas de atenção ao parto e pós-parto que visavam melhorar os cuidados oferecidos às mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal. A política também enfatizou a importância

da promoção da saúde sexual e reprodutiva, expandindo o acesso a métodos contraceptivos e serviços de planejamento familiar, essenciais para a autonomia das mulheres na gestão de sua saúde reprodutiva⁴.

Ao longo dos anos, a PNAISM foi se adaptando às novas demandas e desafios enfrentados pela saúde da mulher no Brasil. Ampliou seu escopo para incluir a prevenção e o tratamento de cânceres específicos, como o de mama e colo do útero, implementando programas de rastreamento e diagnóstico precoce. Além disso, a política avançou na abordagem da violência contra a mulher, promovendo a assistência integral às vítimas de violência doméstica e sexual, com a criação de serviços especializados e a capacitação de profissionais de saúde⁴.

A PNAISM também fortaleceu a atenção básica à saúde da mulher, integrando-a com a atenção especializada e hospitalar, através de diretrizes que promovem a articulação entre os diferentes níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso se traduziu na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, na expansão da cobertura e no aumento da capacidade de resposta às necessidades de saúde das mulheres brasileiras em diversas regiões do país. Em síntese, a trajetória da PNAISM no Brasil reflete um esforço contínuo para garantir que todas as mulheres tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, respeitando suas diversidades e necessidades específicas ao longo do ciclo de

vida. O desafio persiste em fortalecer e expandir os serviços, assegurando que a saúde da mulher continue sendo uma prioridade na agenda de políticas públicas do país³.

Desde seu lançamento, a PNAISM tem sido implementada por meio de programas específicos, capacitação de profissionais de saúde, criação de protocolos clínicos e fortalecimento da rede de atenção à saúde da mulher em todo o território nacional. A política também tem sido um instrumento fundamental para orientar estados e municípios na formulação de políticas locais voltadas para a saúde feminina, promovendo uma abordagem integrada e holística para o bem-estar das mulheres².

Assim, o surgimento da PNAISM em 2004 marcou um importante avanço na garantia dos direitos à saúde das mulheres no Brasil, estabelecendo um modelo de atenção que busca não apenas tratar doenças, mas também promover a saúde e o bem-estar integral ao longo de toda a vida das mulheres brasileiras³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos propostos e nos resultados analisados ao longo desta pesquisa sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no Brasil, é possível concluir que esta política representa um marco significativo na promoção da saúde feminina e na redução das desigualdades de gênero no acesso aos serviços de saúde. Lançada em 2004,

a PNAISM foi concebida para garantir o acesso universal e igualitário aos cuidados de saúde que consideram as especificidades biológicas, sociais e culturais das mulheres brasileiras.

Ao longo dos anos, a PNAISM evoluiu significativamente, ampliando seu escopo além da saúde reprodutiva para abranger questões cruciais como prevenção de cânceres específicos, promoção da saúde sexual e reprodutiva, e atenção integral às vítimas de violência doméstica e sexual. A política tem sido implementada através de diretrizes que fortalecem a integração entre os diferentes níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo uma abordagem integrada desde a atenção básica até a especializada e hospitalar.

A análise dos dados revela avanços significativos, como a redução da mortalidade materna e infantil, a ampliação do acesso a métodos contraceptivos e serviços de planejamento familiar, além da implementação de programas eficazes de rastreamento e tratamento precoce de cânceres como mama e colo do útero. A política também demonstrou impacto na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos às mulheres, contribuindo para um melhor enfrentamento das demandas de saúde ao longo do ciclo de vida.

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios, como a necessidade de melhorar a cobertura e a qualidade dos serviços em áreas remotas e periféricas, além de enfrentar obstáculos estruturais e financeiros que afetam a efetividade da política. A capacitação contínua

de profissionais de saúde e o fortalecimento da rede de atenção são essenciais para superar esses desafios e garantir que todas as mulheres, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade.

Em suma, a PNAISM representa um compromisso crucial do Estado brasileiro com a promoção da saúde feminina e a equidade de gênero, contribuindo para um desenvolvimento social e econômico mais justo e sustentável. A pesquisa realizada reafirma a importância dessa política como um instrumento fundamental na garantia dos direitos à saúde das mulheres, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade contínua de aprimoramento e expansão dos serviços de saúde voltados às necessidades específicas das mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS

1. COSTA, R. da C.; GONÇALVES, J. R. O direito à saúde, à efetividade do serviço e à qualidade no acesso às políticas públicas de atenção à saúde da mulher. *Rev. JRG Estud. Acad.* 2019;2(4):119-142.
2. FERREIRA, V. C. et al. Saúde da mulher, gênero, políticas públicas e educação médica: agravos no contexto de pandemia. *Rev. Bras. Educ. Med.* 2020.
3. GUARNASCHELLI, M. E. F. S. Saúde da mulher em um contexto pandêmico dentro do Covid-19: revisão integrativa. *Ciê. Saúde* 2023;8.
4. JORGE, H. M. F. et al. Assistência pré-natal e políticas públicas de saúde da mulher: revisão integrativa. *Rev. Bras. Prom. Saúde* 2015;28(1):140-144.
5. Menezes APR, et al. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. *Saúde Debate* 2019;43(Especial 5):58-70.
6. REIGADA, C. L. L.; SMIDERLE, C. A. S. L. Atenção à saúde da mulher durante a pandemia COVID-19: orientações para o trabalho na APS. *Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade* 2021. Available from: [Internet].

Observação: os/(as) autores/(as) declaram não existir conflitos de interesses de qualquer natureza.